

F

FOCAR

“Um povo que não conhece a sua História está condenado a repeti-la”

George Santayana
Filósofo e ensaísta
hispano-americano
(1863-1952)



EUROPA

O Norte que sufoca

Os países do Sul da Europa têm sido confrontados por Bruxelas com previsões económicas inatingíveis e metas do défice e da dívida irrealistas. Portugal não está sozinho. A Grécia, Chipre, Itália e até Espanha queixam-se das diferenças de tratamento

 CLARA TEIXEIRA





Com o País ainda sob vigilância dos parceiros e credores europeus, o novo Programa de Estabilidade 2017-2021, aprovado na última semana, aponta para a eliminação do défice orçamental – que nos últimos anos obrigou os portugueses a suportar doses maciças de austeridade –, e prevê chegar a 2021 com um excedente orçamental de 1,3% do PIB. Visto daqui, parece quase milagre.

Passemos agora para a dívida pública portuguesa, que ano após ano continua a crescer até ao patamar dos 130% do Produto Interno Bruto. Pelas novas contas do Governo, irá cair quase 20 pontos percentuais, para 109,4% do PIB, durante os próximos cinco anos. Como? À custa da melhoria esperada da economia mas, acima de tudo, do equilíbrio das contas públicas que, em 2021, deverão registar um saldo primário (diferença entre receitas e despesas do Estado, excluindo os juros e encargos da dívida) de 4,9% do PIB. Esse valor representa uma melhoria de 2,2 pontos face à previsão para 2017 e, a confirmar-se, será algo inédito num país europeu, pelo menos desde a criação do euro. Outro milagre.

Perante metas tão ambiciosas, será que o crescimento económico, o controlo do défice orçamental e a redução da dívida pública resultam, afinal, de uma disciplina férrea sobre as contas públicas, como Bruxelas impôs a países como Portugal e Grécia? Ou, pelo contrário, assentam numa política de reposição dos rendimentos e de aumento, ainda que moderado, do consumo interno, que o atual Governo escolheu como modelo de crescimento e negociou nos acordos que fez com os partidos da esquerda?

É certo que, para o economista e diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade, Pedro Braz Teixeira, as projeções do novo Programa de Estabilidade são “uma fantasia”. O Conselho de Finanças Públicas, liderado por Teodora Cardoso, acredita nas previsões para 2017 mas, daí para a frente, mostra ter dúvidas e alerta para os riscos que ameaçam o futuro de uma economia ainda com pouco fôlego.

DUAS VELOCIDADES, DUAS DIREÇÕES

Enquanto os países da Zona Euro não entregam os seus Planos de Estabilidade, o que só deverá suceder no final

deste mês de abril, basta olhar para as últimas previsões de Inverno da Comissão Europeia, traçadas para os próximos dois anos, para se perceber a clivagem profunda que resulta das diferenças de tratamento e dos modelos seguidos por países ricos e pobres, do Centro e da periferia, do Norte e do Sul da Europa.

Nessas previsões (*ver infografia*), a Grécia, a viver o seu terceiro resgate em sete anos, consegue apresentar um saldo primário elevado (2,2% em 2017 e 3,7% em 2018), ao passo que a França, um dos motores da Europa, surge no outro extremo (-1,1% este ano e -1,3% em 2018). A França é, aliás, um dos únicos cinco países do euro – a par da Letónia, Estónia, Espanha e Finlândia – que continua a registar défices primários nos próximos dois anos.

Claro que há diferenças entre os dois países. A Grécia não tem acesso aos mercados, a França beneficia da confiança dos investidores. Mas, enquanto a dívida helénica vai diminuir (de 179,7% em 2016 para 170,6% em 2018), a francesa vai continuar a crescer (96,4% em 2016 para 97% em 2018). A diferença estará não apenas no tamanho das dívidas mas também na capacidade de as pagar mostrada por ambos os países. Há muito que a dívida grega ultrapassou uma vez e meia o tamanho de uma economia que sufoca sem crescer, ao passo que a dívida da França não gera desconfiança nos investidores.

Os exemplos das diferenças de tratamento entre os países não acabam aqui. Apesar da elevada dívida pública italiana (133,2% do PIB em 2018), o saldo primário está estimado em 1,2% em 2018. Para Portugal, cuja dívida deverá ser mais baixa (127,1% na previsão de Bruxelas e 124,2% na do Governo), as metas são mais ambiciosas e apontam para um saldo primário de 2,2% do PIB em 2018 – um valor que acaba de ser revisto no Programa de Estabilidade para 3,1% do PIB, e que vai melhorando, até chegar a 4,9%, em 2021.

POLÍTICA NAS METAS?

Para que servem, então, as previsões das instituições nacionais e europeias, se criam mais dúvidas do que certezas e quase nunca acertam? Face a estas diferenças, a VISÃO ouviu cinco economistas.

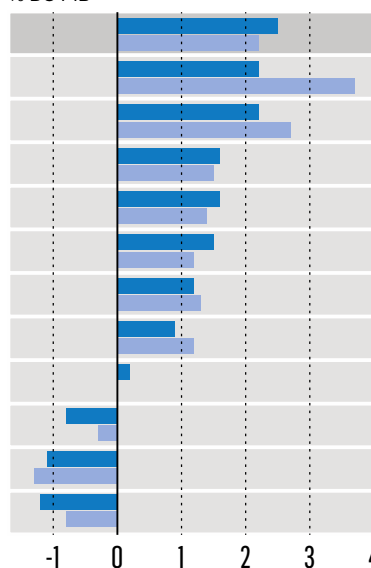
Ricardo Paes Mamede, economista e professor do ISCTE, avisa: de acor-

Uma Europa a duas velocidades

Bruxelas espera que os países do Sul alcancem saldos primários (sem juros) mais ambiciosos do que alguns países mais ricos. O tamanho das dívidas públicas explica as diferenças de tratamento?

SALDO PRIMÁRIO

% DO PIB

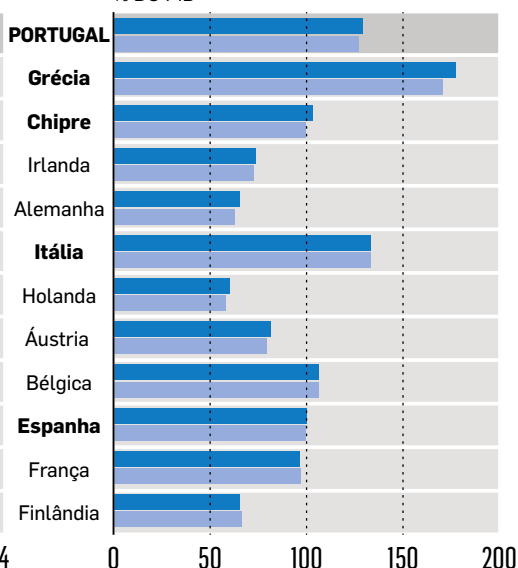


FONTE Comissão Europeia, Previsões de Inverno

DÍVIDA PÚBLICA

% DO PIB

2017 2018



PARA QUE SERVEM AS PREVISÕES DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS E EUROPEIAS, SE CRIAM MAIS DÚVIDAS DO QUE CERTEZAS E QUASE NUNCA ACERTAM?

do com os tratados europeus, a dívida pública terá de descer dos atuais 130% do PIB para 60% do PIB, nos próximos 20 anos, ao ritmo de um vigésimo ao ano. “Isso vai ser feito à custa do saldo primário”, cujos excedentes vão ser utilizados para pagar a dívida.

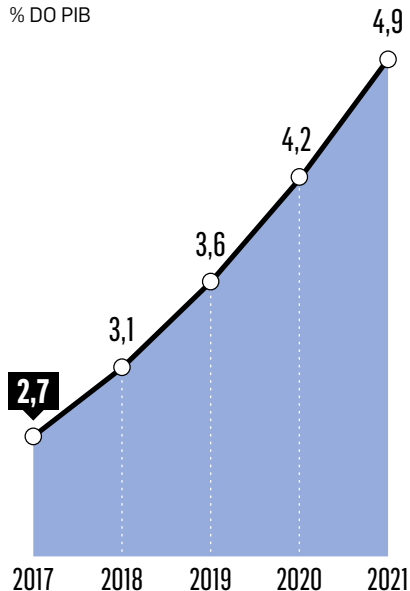
“As exigências de Bruxelas nem sempre se coadunam com as previsões” mas, depois de olhar para as projeções, traçadas com base em cenários de políticas invariantes (que calculam a trajetória do défice e da dívida sem alterações das atuais políticas orçamentais), “a Comissão pode dizer que as regras não estão a ser cumpridas e impor novas medidas”, explica ainda.

“É uma questão mais política do que económica”, defende João César das Neves, economista, professor catedrático e presidente da Comissão de Ética da Católica-Lisbon. O tamanho da dívida pública de um país “é apenas uma dimensão para avaliar a sustentabilidade da mesma. O que interessa é avaliar a capacidade que o país tem de cumprir as suas obrigações face aos credores, como faz a Comissão”. E dá o exemplo do Japão, onde a dívida pública

O Governo português acredita que pode ir mais além do que Bruxelas prevê, já a partir este ano:

SALDO PRIMÁRIO

% DO PIB



FONTE Programa de Estabilidade 2017-21

INFOGRAFIA VISÃO

supera os 200% do PIB mas, apesar de ser uma das maiores do mundo, o País “não precisa de gerar excedentes orçamentais porque paga pontualmente”.

Já Ricardo Cabral, economista e vice-reitor da Universidade da Madeira, diz que as diferenças nos objetivos macroeconómicos impostos aos países com níveis de dívida pública semelhantes é um sinal de que “os poderes atribuídos à Comissão Europeia estão errados.” Criticando o desperdício dos recursos das instituições europeias na “definição de regras para controlo e sancionamento de países membros, ou seja, de regras punitivas”, defende que Bruxelas deveria aplicar esses recursos em “políticas económicas de promoção do desenvolvimento e do crescimento económico”. Em sua opinião, “as autoridades europeias e a Comissão Europeia, em particular, dão maior prioridade a assuntos economicamente menos relevantes”.

O ESFORÇO DO SUL

Se o Sul tem economias mais debilitadas, porque é que o esforço orçamental tem de ser maior nesses países? Precisamente porque apresentam as dívidas

públicas mais elevadas da Zona Euro. “Quanto maior é a dívida, maior é o saldo primário exigido”, afirma Pedro Braz Teixeira, autor de *O Euro e o Crescimento Económico*.

Recordando que Portugal e Itália apresentam os crescimentos acumulados mais fracos dos 28 países da UE desde o ano 2000, Braz Teixeira assinala as diferenças: “A dívida pública italiana, que, tal como a portuguesa, ronda os 130% do PIB, está estabilizada. Não sei como, mas está estabilizada. Já a dívida portuguesa cresce sistematicamente. Desde 2014 que devia estar a diminuir, mas continua a crescer.” Os juros são o preço a pagar. “Os mercados exigem mais de nós do que em relação a Itália. Não é só Bruxelas. São os mercados e as agências de rating”, defende.

Braz Teixeira concorda que “a Comissão Europeia não tem capacidade para enfrentar a França ou a Alemanha. As diferenças de tratamento na Europa não são entre o Norte e o Sul, mas sim entre os países grandes e os pequenos. O excedente externo alemão ultrapassa tudo, mas Bruxelas não consegue impor limites. Nem sequer tenta. Não se atreve”.

Quando olha para as metas traçadas pelo Governo no documento que vai ser enviado para Bruxelas, o diretor do Fórum para a Competitividade atira: “O Plano de Estabilidade é lindíssimo, mas como é que vão fazer para atingir aqueles objetivos? Não está nada explicado. Como vai ser com os parceiros de coligação? É uma fantasia, também para Bruxelas ver. Com o Brexit e com os problemas na Grécia, a Comissão não quer mais agitação. Por isso, vai fingindo que acredita.”

O FOCO LABORAL

Nuno Teles, economista e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, também acredita que “há claramente dois pesos e duas medidas. As consequências não são iguais para todos. As instituições europeias não tomam medidas contra quem tem mais poder dentro da União”. Para o economista, o melhor exemplo é o do excedente alemão. “O limite é de 4%, mas a Alemanha, com um excedente de 8%, não só viola como todos os anos aumenta esse valor. E as instituições europeias não tomam medidas contra essa violação das regras.”

O QUE DIZEM OS ECONOMISTAS?



Quanto maior é a dívida, maior é o saldo primário exigido

PEDRO BRAZ TEIXEIRA



A reação de Bruxelas ao atual Governo é sempre mais violenta do que em relação ao anterior

NUNO TELES



As atuais regras de controlo orçamental permitem discricionariedade por parte da CE

RICARDO CABRAL



A Comissão pode dizer que as regras não estão a ser cumpridas e impor novas medidas

RICARDO PAES MAMEDE



O que interessa é avaliar a capacidade que o País tem de cumprir as suas obrigações

JOÃO CÉSAR DAS NEVES

No plano oposto, está Portugal. “Pela primeira vez, ficámos aquém dos limites traçados para o défice orçamental (2% do PIB) e para o saldo primário (2,2% do PIB). Nem nos tempos da *troika* as metas tinham sido cumpridas. Mas a reação de Bruxelas, face ao atual Governo, é sempre mais violenta do que em relação ao anterior.”

Como se explicam, então, estas diferenças de tratamento? Nuno Teles defende que as instituições europeias “servem-se das metas orçamentais para impor aos países membros outras políticas que não estão inscritas no Pacto de Estabilidade nem em lado nenhum, como é o caso das políticas laborais. Isso vê-se quando constatamos que o grande desacordo com este Governo tem sido o aumento progressivo do salário mínimo nacional.”

Para Nuno Teles, o objetivo último é sempre a reforma das leis laborais e o alinhamento dos salários na Europa. “Não quer dizer que a dívida e o défice não importem, mas há hoje outras formas de resolver o problema da dívida, com o auxílio do BCE. O foco está na política laboral.”

Também é verdade que a Europa “não gosta de governos com políticas de esquerda. É uma questão ideológica, como se viu em relação ao aumento do salário mínimo nacional”, diz ainda.

Porquê, então, essa fixação da Europa nas políticas laborais? O investigador da Universidade de Coimbra responde que “a culpa” é da Alemanha, que fez a sua reforma laboral à custa da estagnação dos salários. “Não é propriamente o melhor modelo para aumentar a produtividade, mas foi o que a Alemanha fez”, adianta. “Esta política é errada, porque quando os salários crescem menos do que a produtividade, o capital ganha em relação ao trabalho.”

Numa altura em que a Europa a duas velocidades é admitida no terceiro dos cinco cenários que a Comissão Juncker apresentou aos líderes europeus, a clivagem entre os modelos seguidos pelos países ricos e pobres, do Centro e da periferia, do Norte e do Sul, é bastante evidente. No plano político, será uma novidade. Mas, em termos de disciplina orçamental, há muito que as duas velocidades na Europa são uma realidade. Especialmente dentro da Zona Euro. ■■